



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 15 de janeiro de 2024

Ano XVIII

nº 2734



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



INSTRUÇÃO COMPLEMENTAR, Nº 01, DE 09 DE JANEIRO DE 2024

"Dispõe sobre as Orientações e Procedimentos referentes ao Processo de Designação para Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público na Rede Municipal de Educação, no ano letivo de 2024".

CONSIDERANDO que a Lei 1548, de 23 de agosto de 2019 dispõe sobre o Plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Educação da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, dispondo sobre os cargos, carreiras, vencimentos, vantagens, qualificação, habilitação e desempenho de seus servidores, observados os dispositivos legais pertinentes a matéria.

CONSIDERANDO que a Designação é uma forma de contratação temporária de excepcional interesse público de forma a preencher interinamente os cargos vagos ou em substituição aos servidores efetivos, para garantir o funcionamento regular das unidades educacionais;

CONSIDERANDO a necessidade de orientar os procedimentos complementares para a designação dos candidatos para o exercício de função na Rede Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Monte Carmelo;

CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º Compete a Secretaria Municipal de Educação:

- I. Coordenar e orientar todo o processo de designação, garantindo transparência no preenchimento das funções a fim de assegurar o funcionamento das unidades de ensino;
- II. Organizar e publicar todo o processo de Designação nas unidades de ensino, em conformidade com a legislação vigente;
- III. Orientar os gestores das unidades de ensino sobre a responsabilidade solidária no cumprimento das disposições contidas nas legislações vigentes e nesta Instrução Complementar;
- IV. Planejar e treinar as equipes internas, assegurando o pleno conhecimento das diretrizes e informações referentes ao processo de Designação, para que essas informações sejam repassadas às unidades de ensino e demais interessados, garantindo as condições necessárias para o desempenho das equipes;
- V. Promover a ampla divulgação do cronograma de Designação, sendo que a chamada deverá ser escalonada em dias e horários, obedecendo à listagem de classificação;
- VI. Proceder a análise rigorosa da documentação apresentada pelo candidato, comprovando as informações constantes da listagem classificatória definitiva;
- VII. Registrar nas atas de designação todas as ocorrências, bem com o nome dos candidatos e sua classificação.

Art. 2º Compete às Unidades de Ensino:

- I. Publicizar os editais de Designação nas unidades de ensino, promovendo a ampla divulgação, em conformidade com a legislação vigente;
- II. Instruir e enviar para a Secretaria Municipal de Educação, o Relatório sobre os processos de Acúmulo de Cargos, acompanhados da documentação nos termos da legislação vigente, ocorridos durante o ano letivo;
- III. Obedecer rigorosamente a listagem classificatória definitiva dos candidatos para distribuição de turmas e aulas, conforme orientação da Secretaria Municipal de Educação;
- IV. Registrar em ata a distribuição de turmas e aulas dos servidores contratados;
- V. Manter atualizada a pasta funcional do servidor contratado analisando rigorosamente toda a documentação apresentada;
- VI. Processar o início das atividades do servidor contratado mediante apresentação de Autorização emitida pelo setor do Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO II ORIENTAÇÕES GERAIS DO PROCESSO DE DESIGNAÇÃO

Art. 3º Não será desclassificado o candidato que durante o período da inscrição do Processo de Designação de 2024:

I. Digitar incorretamente o nome, sem que o descaracterize e comprove os dados com a sua identificação;

II. Comprove a informação que o classificaria acima da ordem que está inserido na listagem geral de classificação do município, como nos casos em que o candidato fez inscrição informando que possui matrícula e frequência, a partir dos 3 (três) últimos períodos, em curso de licenciatura plena, com habilitação específica no componente da Convocação, devendo comprovar com a Autorização Temporária para Lecionar na 1ª prioridade e/ou apresenta, no ato da Convocação a Declaração de Conclusão acompanhada de histórico escolar;

III. Apesar de não comprovar todo o tempo registrado na inscrição, comprove tempo superior ao do candidato com classificação subsequente, na listagem geral de classificação do município, como nos casos em que:

a) o candidato classificado em 5º lugar informou 520 (quinhentos e vinte) dias de tempo de serviço, sendo que o correto seria 500 (quinhentos) dias. O candidato classificado no 6º lugar informou e comprova 499 (quatrocentos e noventa e nove) dias. O acerto do tempo de serviço do classificado em 5º lugar não trará alteração na listagem, nem prejuízo ao que está posicionado no 6º lugar, pois possui mais tempo de serviço que o subsequente, sendo assim, o candidato classificado em 5º lugar não será desclassificado;

b) o candidato classificado em 5º lugar informou como tempo de serviço 520 (quinhentos e vinte) dias, sendo que o correto seria 500 (quinhentos) dias. O candidato classificado no 6º lugar comprova 501 (quinhentos e um) dias, o 7º lugar comprova 498 (quatrocentos e noventa e oito) dias. No momento da Contratação/Convocação, mesmo que o classificado em 6º lugar não esteja presente, o classificado em 5º lugar não poderá ser contratado/convocado, ainda que possua tempo maior que o 7º classificado, pois alteraria a classificação geral do município.

Art. 4º O contrato temporário será assinado no setor de Recursos Humanos da SME, dentro do prazo de 02 dias (dois dias) úteis após designação, oportunidade em que será necessária a apresentação da documentação juntamente com o comprovante de endereço atualizado, em conformidade com a Lei Federal nº 7.115/1983.

Art. 5º Sempre que houver mudança nos dados do(a) servidor(a) contratado(a), deverá ser informado ao Departamento de Recursos Humanos.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º A Designação dos candidatos será processada para o exercício das funções do Quadro do Magistério, nos termos pelas Resolução SME nº 01/2023.

Art. 7º O processo de Designação ocorrerá para:

- I. Monitor de Creche, regência de turmas;
- II. Professor de Escola Municipal (PEM-I) regente de turma/eventual;
- III. Professor de Escola Municipal (PEM-I) especialista em Educação Especial AEE (Função Apoio);
- IV. Professor de Escola Municipal (PEM-II), regente de aulas.

Art. 8º As vagas serão escolhidas e hierarquizadas segundo a manifestação de preferência do candidato, circunscritas às inscrições realizadas nos termos das Resolução SME 01 /2023.

Art. 9º O candidato realizara a escolha de vagas, observando e considerando o turno, ordenando de acordo com sua preferência.

Art. 10 O prazo de publicação dos editais de designação será de no mínimo de 12 (doze) horas de antecedência, conforme Lei Municipal nº 2013, de 07 de novembro de 2023.

Art. 11 O cronograma contendo a atividade, data, horário e local está estabelecido no Anexo I.

Art. 12 Esta Instrução Complementar entra em vigor na data da sua publicação.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município
Lei nº 661, de 09 abril de 2007

Dia 15 de janeiro de 2024

Ano XVIII

nº 2734

SIMONE SOUZA RESENDE MUNDIM
Secretária Municipal de Educação

Anexo I

CRONOGRAMA			
ATIVIDADE	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Monitora de Creche	24/01/2023	08:30	UNIFUCAMP
PEM II	24/01/2023	09:30	UNIFUCAMP
Apoio	24/01/2023	13:30	UNIFUCAMP
PEMI	25/01/2023	08:30	UNIFUCAMP

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

RESPONSÁVEL: ROSILÉIA APARECIDA
SILVA BONIFÁCIO

TELEFONE: (34)3842-5880 - RAMAL 1350

ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br